

Aviso n.º 5250/2004 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta autarquia celebrou, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, contrato de trabalho a termo certo, pelo período de 12 meses, com início a 1 de Junho de 2004, com Bruno Silva Corado Maurício, para a categoria de técnico superior de arquitectura de 2.ª classe, com exercício de funções na Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo.

1 de Junho de 2004. — O Vereador responsável pela Direcção e Gestão dos Recursos Humanos, *José António Costa Tomé.*

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Aviso n.º 5251/2004 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força e com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que na sequência da competente oferta pública de emprego e em cumprimento do despacho do vice-presidente da Câmara Armando Gonçalves Constâncio dos Santos, datado de 25 de Maio de 2004, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, pelo período de seis meses, com Bruno Manuel Correia Jorge, para exercer funções de técnico superior de 2.ª classe (jurista), no Gabinete de Apoio Jurídico.

7 de Junho de 2004. — O Vice-Presidente da Câmara, *Armando Gonçalves Constâncio dos Santos.*

Aviso n.º 5252/2004 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contrato de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força e com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que na sequência da competente oferta pública de emprego e em cumprimento do despacho do presidente da Câmara, Álvaro Neto Órfão, datado de 26 de Maio de 2004, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, com Sandrina Fernandes Maia, para exercer funções de desenhadora, no Gabinete Técnico Local de Vieira de Leiria.

7 de Junho de 2004. — O Vice-Presidente da Câmara, *Armando Gonçalves Constâncio dos Santos.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

Aviso n.º 5253/2004 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, se torna público que, por despacho datado de 28 de Maio de 2004, e com início em 9 de Junho de 2004, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, por três meses, eventualmente renovável, com Carla Margareta Realinho Dias e João Alberto Sanches Homem Tavares, ambos na categoria de vigilantes — pessoal auxiliar.

11 de Junho de 2004. — O Presidente da Câmara, *Manuel Carrilho Bugalho.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDA

Aviso n.º 5254/2004 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato.* — Conforme estipula a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi prorrogado, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 427/89, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com Lino António Araújo Amado, conforme despacho datado de 7 de Maio de 2004. (Processo isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

28 de Maio de 2004. — O Presidente da Câmara, *João Germino Mourato Leal Pinto.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

Aviso n.º 5255/2004 (2.ª série) — AP. — *Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.* — Dr.ª Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo:

Torna público que o Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 22 de Abril de 2004 e pela Assembleia Municipal em 30 de Abril de 2004, entrará em vigor 15 dias após a publicação do *Diário da República*.

17 de Maio de 2004. — A Presidente da Câmara, *Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira.*

Regulamento Municipal do Cartão Municipal do Idoso

Nota justificativa

A problemática da exclusão social e da pobreza é hoje uma questão central das sociedades modernas. A consciência desta realidade faz com que o combate à pobreza e à exclusão social seja uma exigência política, ética e moral para todos.

O executivo camarário do município de Miranda do Corvo, pretende criar e desenvolver instrumentos de política tendentes à fixação das pessoas nas suas terras com qualidade de vida e condições de igualdade no acesso aos serviços e informação, fomentando a coesão social e lutando contra a exclusão social.

A população do concelho de Miranda do Corvo, designadamente a população idosa uma população mais carentiada. O fenómeno da exclusão social é transversal a toda a nossa geografia social com especial incidência no grupo de pessoas mais idosas.

A Câmara Municipal pretende lançar o cartão municipal do idoso que permite discriminar positivamente a população idosa mais desfavorecida do concelho, permitindo o mais barato acesso a serviços camarários, a convívio com pessoas do mesmo grupo etário e a fomentar a assistência e participação em actividades, assim como, o aparecimento de novos elos de solidariedade.

Não pode assim a autarquia deixar de se preocupar com as dificuldades económicas em que vive a referida população, como forma de permitir uma melhor utilização dos recursos postos por lei a seu cargo e que se destinam ao seu serviço.

Assim, no uso das suas competências, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprova o seguinte regulamento, em conformidade com os artigos que seguem:

Artigo 1.º

Noção

O cartão municipal do idoso é um documento emitido, em nome do titular, pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo (CMMC.), que permite a identificação do cidadão que tem acesso aos benefícios que o mesmo concede e terá o custo de 1 euro suportado pelo titular.

Artigo 2.º

Condições de acesso

Só podem ser beneficiários do cartão social municipal os cidadãos que satisfaçam os seguintes requisitos:

- 1) Idosos residentes no concelho de Miranda do Corvo com idade igual ou superior a 65 anos, cujos rendimentos *per capita* são inferiores ou iguais a 50 % do salário mínimo nacional;
- 2) Idosos com idade igual ou superior a 65 anos que tenham rendimentos superiores aos estipulados no ponto anterior poderão beneficiar das regalias deste cartão sem terem, no entanto, direito a descontos monetários concedidos, à excepção do desconto no bilhete de utilização da Piscina Municipal.
- 3) Ser residente no concelho de Miranda do Corvo.

Artigo 3.º

Documentos de instrução do pedido

1 — Os documentos necessários à instrução do pedido de adesão ao cartão social municipal são os seguintes:

- a) Duas fotografias a cores tipo passe;
- b) Bilhete de identidade;

- c) Cartão de eleitor;
- d) Preenchimento de formulário próprio;
- e) Documento comprovativo da reforma que recebe;
- f) Declaração de IRS do ano imediatamente anterior.

2 — Em caso de dúvida, deverá requerer-se quaisquer documentos que se reputem necessários a uma correcta decisão do pedido.

Artigo 4.º

Competências para atribuição

A atribuição do cartão municipal do idoso compete à presidente da CMMC, que poderá delegar em qualquer um dos vereadores.

Artigo 5.º

Propriedade do cartão

O documento físico pelo qual se identificam os titulares abrangidos pelo cartão municipal do idoso é propriedade do próprio é emitido em seu nome, tendo-o gravado, bem como a data da sua validade.

Artigo 6.º

Benefícios

1 — O cartão municipal do idoso concede ao seu titular os seguintes benefícios:

- a) Descontos de 20 % no preço da água para fins domésticos cujo consumo não seja superior a 10 m³, nas tarifas de saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos constantes no regulamento municipal em vigor;
- b) Desconto nas tarifas de utilização da piscina municipal (com redução do preço do bilhete para 1 euro) e outros equipamentos desportivos;
- c) Acesso gratuito nas iniciativas culturais, recreativas e desportivas promovidas pela Câmara Municipal, nomeadamente na Expo-Miranda;
- d) Usufruir gratuitamente das viagens turísticas promovidas pela Câmara Municipal;
- e) Quaisquer outros benefícios expressamente reconhecidos por deliberação da Câmara Municipal.

2 — Os benefícios previstos nas alíneas a) e c) só serão concedidos aos cidadãos abrangidos pelo n.º 1 do artigo 2.º do presente Regulamento.

3 — O reconhecimento dos benefícios previstos no n.º 1 ficam dependentes de prévia exibição do cartão pelo seu titular.

Artigo 7.º

Parcerias

1 — A Câmara Municipal de Miranda do Corvo aderiu ao programa Rede Social, constituindo o Conselho Local de Acção Social que fomentará uma maior consciencialização colectiva dos problemas sociais, incentivará a conjugação de esforços entre as diversas entidades e instituições locais aumentando a eficácia no combate à pobreza e exclusão social promovendo o desenvolvimento social do concelho de Miranda do Corvo.

2 — O Conselho Local de Acção Social, assim como outras plataformas neste âmbito de que a Câmara Municipal faz parte, o Núcleo Executivo do Rendimento Social de Inserção são fundamentais na eficácia da aplicação do cartão municipal do idoso e seu acompanhamento.

3 — O alargamento dos benefícios do cartão municipal do idoso passará pela realização de protocolos com outras instituições e empresas, um trabalho dinamizado e concertado pela Câmara Municipal.

Artigo 8.º

Tipos de cartão

1 — Existem dois tipos de cartão distintos pela cor.

2 — A distinção é efectuada segundo o rendimento *per capita* do agregado que permite usufruir de vantagens distintas tal como prescrito no artigo 2.º deste Regulamento.

Artigo 9.º

Validade do cartão

O cartão tem a validade de um ano a partir da data da sua emissão, sendo renovável desde que solicitado 30 dias antes do termo do prazo de validade, mediante prova de que os requisitos da sua atribuição se mantêm.

Artigo 10.º

Caducidade do cartão

O cartão caduca na data da sua validade, se não for requerida dentro do prazo a sua renovação, e com o falecimento do titular.

Artigo 11.º

Utilização do cartão

O cartão é pessoal e intransmissível e só poderá ser utilizado pelo seu titular, e sempre acompanhado de documento identificativo oficial, que contenha a sua fotografia.

Artigo 12.º

Renúncia

O titular pode renunciar a todo o tempo à utilização do cartão municipal do idoso rescindindo, mediante comunicação escrita, dirigida à Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Artigo 13.º

Utilização indevida do cartão

A utilização indevida do cartão, ou a comunicação de dados falsos para obtenção do mesmo, fazem incorrer o seu titular em responsabilidade civil e ou criminal, para além de conceder à Câmara Municipal de Miranda do Corvo, ouvido aquele, direito à rescisão da sua utilização.

Artigo 14.º

Devolução do cartão

Em caso de rescisão ou caducidade, o documento físico identificativo do titular do cartão é devolvido à Câmara Municipal de Miranda do Corvo, sendo a sua utilização, depois de comunicada a rescisão ou caducado o mesmo, passível de fazer incorrer o titular e ou o utilizador em responsabilidade civil e ou criminal.

Artigo 15.º

Extravio do cartão

1 — O titular do cartão municipal do idoso obriga-se a comunicar, por escrito e de imediato, à Câmara Municipal de Miranda do Corvo a perda, furto ou extravio do cartão.

2 — A responsabilidade do titular só cessará após comunicação por escrito da ocorrência.

Artigo 16.º

Outros benefícios

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo fica com o direito de adicionar aos benefícios previstos outros que venha a conceder ou a obter, por negociação com terceiros, ficando os titulares do cartão automaticamente com direito aos mesmos.

Artigo 17.º

Listagem

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo organizará, designadamente, informaticamente, ficheiro com a identificação dos titulares do cartão, a que só terá acesso nos da lei da confidencialidade da base de dados.

Artigo 18.º

Aceitação das condições

Ao subscrever o cartão social municipal o titular adere às presentes condições aqui consignadas que declara conhecer e se obriga a cumprir.

Artigo 19.º

Casos omissos

Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 21.º

Revisão e anulação do regulamento

Reserva-se a Câmara Municipal de Miranda do Corvo o direito de propor, quando for caso disso, a revisão do presente Regulamento, ou anulá-lo, desde que se verifique uma adulteração dos fins para os quais o mesmo foi criado.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Aviso n.º 5256/2004 (2.ª série) — AP. — Manuel Rodrigo Martins, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro:

Torna público que, em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal datada de 27 de Outubro de 2003, homologada pela Assembleia Municipal em 19 de Dezembro de 2003, no uso da competência que lhe é cometida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Insígnias Honoríficas da Câmara Municipal de Miranda do Douro, apresentado pela Câmara Municipal, o qual a seguir se transcreve na íntegra.

14 de Junho de 2004. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*.

Regulamento Municipal de Insígnias Honoríficas**Preâmbulo**

O desenvolvimento de uma comunidade passa não só pelo sector económico, social e cultural, mas também pelo desenvolvimento do próprio indivíduo enquanto ser humano. Conscientes de que vivemos numa sociedade cada vez mais materialista e muitas vezes esquecida dos seus valores elementares, tais como a solidariedade, e integridade, a honestidade, a coragem, entre outros mais, consideramos que é chegada a altura de o município fazer alguma coisa para ajudar a «acordar» os valores adormecidos e reafirmá-los sensibilizando e encorajando todos os municípios e em especial os jovens a desenvolvê-los.

Numa comunidade como é a de Miranda do Douro, a valorização de condutas e vidas exemplares torna-se fundamental na formação das personalidades, em especial nas idades mais jovens. Os valores mirandeses tradicionalmente ligados ao sentimento e à honradez, deverão «ser chamados à atenção» quanto ao seu cumprimento, como forma de preservar a identidade mirandesa e deverão constituir-se como vectores de comportamento a seguir.

Como uma das formas de reafirmar esses valores criou-se o presente Regulamento que se destina a distinguir e homenagear as pessoas e instituições que, movidas por esses valores, se destacaram nos diversos sectores da vida e da sociedade.

Artigo 1.º

Instituição

O município de Miranda do Douro institui as seguintes medalhas:

- a) Medalha de honra do município;
- b) Medalha municipal de mérito;
- c) Chave da cidade de Miranda do Douro.

Artigo 2.º

Finalidades

1 — A medalha de honra do município destina-se a distinguir personalidades, instituições ou organizações nacionais ou estrangeiras que, pelo seu prestígio, cargo ou acção para a comunidade local, sejam consideradas dignas dessa distinção.

2 — A medalha municipal de mérito é atribuída a pessoas individuais ou colectivas que, pelo seu contributo no campo social, económico, cultural, desportivo e outros de notável importância, justifiquem este reconhecimento.

3 — A chave da cidade de Miranda do Douro, destina-se a distinguir personalidades em visita ao município que, por esse facto, possam contribuir para o desenvolvimento concelhio nos mais variados domínios.

Artigo 3.º

Constituição

1 — A medalha de honra do município é banhada a ouro e pende de uma fita tripartida com as cores do brasão de armas, de acordo com a constituição heráldica das armas do município — vermelho, branco, dourado e prateado — e tem o diâmetro de 5 cm e de espessura 0,3 cm.

2 — A medalha municipal de mérito é banhada a prata e pende de uma fita tripartida, com as cores do brasão de armas do município, vermelho, branco, dourado e prateado e tem de diâmetro 5 cm e de espessura 0,3 cm.

3 — A chave da cidade de Miranda do Douro, com as cores do brasão de armas do município, será acomodada em estojo apropriado.

4 — As medalhas têm na frente o brasão de armas do município e no verso a gravação do galardão a que respeitam escrito em língua portuguesa ou mirandesa.

5 — Todas as insígnias contêm gravação da data da sua atribuição.

Artigo 4.º

Atribuição da medalha de honra e mérito

1 — As medalhas de honra e de mérito são atribuídas por deliberação da assembleia municipal, aprovada por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, sob proposta da Câmara Municipal.

2 — Em qualquer dos casos tanto a proposta como a deliberação devem ser devidamente fundamentadas.

Artigo 5.º

Atribuição da chave da cidade

A atribuição da chave da cidade é da competência da Câmara Municipal e será atribuída com base em deliberação deste órgão, no seguimento de proposta de algum dos seus membros ou recomendação da Assembleia Municipal, devidamente fundamentadas.

Artigo 6.º

Cerimónia de entrega das insígnias

1 — As insígnias previstas no presente Regulamento devem ser entregues, em princípio, em cerimónia solene a realizar no Salão Nobre dos Paços do Município.

2 — Os agraciados com medalha de honra do município ou a chave da cidade, e dependendo do entendimento casuístico, podem ter uma cerimónia solene noutra local ou formalidade diferente para a sua entrega.

Artigo 7.º

Diploma

A atribuição das insígnias é testada por diploma, redigido em língua mirandesa ou portuguesa, com o brasão de armas do município, assinado pelo presidente da Câmara, autenticado com o respectivo selo branco, nele constando os fundamentos que estiverem na origem da deliberação tomada.

Artigo 8.º

Registo da atribuição

Após deliberação de atribuição, é feito o registo das insígnias a atribuir, seus destinatários e fundamentos, em livro de termos criado para o efeito.